

A IDEOLOGIA DO ATRASO A PARTIR DAS ANÁLISES WEBERIANAS NO BRASIL E A (RE)CONSTRUÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) NACIONAL(IS)

Rogério Monteiro Barbosa*
Davi Niemann Ottoni**

Introdução. 1 Desenvolvimento. 2 A Importância de Max Weber. 3 Comentários Sobre Weber. 4 A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 5 O Pensamento de Raymundo Faoro. 6 O Homem Cordial de Sérgio Buarque de Holanda. 7 Weber e o Brasil. 8 A Questão Histórica. 9 A Questão da Identidade. Conclusão. Referência.

RESUMO

No presente artigo, trabalha-se essencialmente a tematização da identidade nacional, a partir da historiografia, que nos possibilitou compreender como é possível contar a história sob múltiplos olhares. Em outras palavras, pode-se recontar a história, já que esta não se encontra fixa no tempo, imutável e acabada. Mesmo um fato distante pode ganhar um novo significado, ainda que com os limites que lhe são intrínsecos. Buscou-se, também, enfatizar o pensamento político tradicional, considerado como aquele formado, especialmente, pelos autores dos anos 1930. Nesses, foi possível apontar a influência do pensamento weberiano. Posteriormente, apresentam-se as críticas dos autores contemporâneos que proporcionaram uma revisão do modo como o brasileiro sempre se compreendeu. Enfim, este artigo almejou contribuir para a questão democrática, já que, dependendo do modo como o povo conta sua história, influencia, decisivamente, na assunção de responsabilidade quanto a seu destino público.

Palavras chaves: Identidade. Patrionalismo. Democracia. Brasil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde que começou o processo de exploração e colonização, há um abismo entre o fático e o normativo. Quando o português se instalou nas terras

* Mestre em Teoria do Direito e doutorando em Direito Privado pela PUC Minas. Professor na Faculdade Mineira de Direito/PUC Minas e na Faculdade Novos Horizontes. E-mail: rogeriomonteiro22@hotmail.com

** Mestrando em Direito Público pela PUC Minas. Professor na Faculdade Mineira de Direito/PUC Minas.

dos índios, fosse com a pretensão apenas de explorar os recursos daquela terra ainda incólume, fosse no período que começou com uma atitude de colonização, iniciou um processo de implementação de regras que jamais recebeu uma eficaz acolhida por parte de seus destinatários. Muitos fatores contribuíram para que isso ocorresse. Um deles foi a dureza de tais mandamentos, já que os mesmos visavam, tão somente, otimizar a forma da metrópole obter benefícios em sua colônia. O outro, também fundamental, é que, à medida que ia se constituindo a “gente brasileira”, por um lado, por outro, o da metrópole normatizadora, uma indiferença e até mesmo uma cegueira quanto às especificidades daquelas nascentes formas de vida, que eram tão diferentes das europeias, tomava conta de nossos descobridores/exploradores / colonizadores. Um último fator foi a ausência de colaboração brasileira na elaboração de tais leis. Dessa forma, fazer que o “povo brasileiro” tivesse consciência jurídica, tornando as leis eficazes, era exigir demais de uma gente que, das leis, recebia apenas o rigor das cobranças de impostos e a truculência do autoritarismo metropolitano. Ora, essa percepção do Estado como algo que apenas explora e pune fez que surgisse, gradualmente, naquela incipiente sociedade, uma forte descrença quanto ao mesmo, fazendo que a vida pública fosse sinal de um certo terror para a maioria das pessoas. Digo maioria porque, para a minoria, a situação era outra. Para aqueles que possuíam alguma relação com o Poder, as leis não eram tão rigorosas. Aliás, é curioso e lastimável estudar a história do Brasil e perceber que está na formação de nossa sociedade um desejo incomensurável, por parte de uma camada social, de participar da vida pública. Com o óbvio interesse de receber do Estado todos os benefícios e privilégios possíveis e não para contribuir para o desenvolvimento do País.

Todos esses fatores, o abismo entre o fático e o normativo e a espúria apropriação privada dos cargos públicos somados ao fato de que houve uma delicada transferência de terras da Coroa portuguesa para as mãos de particulares, com grandes repercussões, fez que a separação público/privado nunca ocorresse de forma cabal em nosso país. Daí advieram consequências que são facilmente notadas por qualquer brasileiro e em qualquer época que tenha vivido: do Poder Público pode se esperar muito pouco (ou, ao contrário, muito para alguns), uma vez que, de certa forma, ele tem servido principalmente aos interesses privados daqueles que têm o privilégio de ser, nas palavras de FAORO, “os donos do Poder” (2001), situação que faz nascer uma relação promíscua entre os interessados, ou seja, uma rede de favores, de corrupção e de relações inescrupulosas começa a se instalar entre aqueles que detêm ou que pretendem deter o poder. Os que estão fora do jogo, ficam cada vez mais submetidos ao autoritarismo desse poder privado que se instalou no âmbito público.

Essa preliminar abordagem evidencia-nos a problemática relação público/privado nas origens do Brasil. Mas há mais dificuldades para recheiar esta complicada situação: o que os sociólogos e antropólogos chamam de dramas sociais do cotidiano. Em nosso caso, o famigerado “você sabe com quem está falando?” e o peculiaríssimo jeitinho brasileiro. Um, autoritário, presunçoso e arrogante. O outro, cordial, suave e até simpático. Ambos, rompendo as barreiras que separam a vida pública da vida privada.

Enfim, no Brasil, de ontem e de hoje, os modelos de democracia que temos importado esbarram em características tão nossas que acabam dificultando a implementação dos modernos projetos de democracia trazidos da Europa e dos Estados Unidos, regiões em que as sociedades se formaram de maneira tão díspares da nossa, o que, inclusive, talvez nos permita compreender o motivo de tais democracias terem sido mais bem sucedidas. É exatamente nesse ponto que se avulta a importância desse artigo, pois, podemos perguntar-nos: será possível “vingar” entre nós modelos que pressuponham que não haja um entrelaçamento entre o público e o privado como o que há por aqui? Um outro ponto que mostra a pertinência desse artigo: todos os trabalhos que estudaram esta nossa peculiaridade (o entrelaçamento entre o público e o privado), fizeram-no de forma muito bem elaborada e precisa. Entretanto, ainda não há um estudo que enfatize o lado jurídico do problema. Também pretendemos possibilitar a compreensão do alcance da palavra Justiça e da expressão Estado Democrático de Direito, não apenas olhando para os países europeus ou para os Estados Unidos com suas sociedades tão diferentes da nossa, mas, pelo contrário, olhando, principalmente, para mais perto, para nós mesmos. Quem sabe consigamos, assim, explicitar um entendimento tão comum e consensual entre os alunos dos cursos de Direito no Brasil: “quase nada do que se aprende aqui (na faculdade), usa-se na prática”. Fizemos questão de mencionar apenas os alunos porque parece que os profissionais, pelo menos boa parte deles, rapidamente se adaptam aos novos matizes da prática, nem tão jurídica como gostaríamos que fosse.

1 DESENVOLVIMENTO

No Brasil, há um certo discurso de que, por aqui, “as coisas não dão certo”. Seja no meio acadêmico, nas ruas, na imprensa ou mesmo entre os próprios políticos, uma visão negativista é direcionada ao País e a seu povo. Costuma-se falar que o Brasil é o país da corrupção, do clientelismo, do levar vantagem em tudo, das leis que não pegam, dos famigerados “jeitinho” e do “você sabe com quem está falando?”, (como mencionado anteriormente) do atraso, ou, quando, melhor, do futuro. Enfim, há, em grande parte do povo brasileiro, da elite à popular, uma compreensão pessimista acerca do Brasil. Uma perspectiva que constitui uma imagem negativa acerca de quem somos nós.

Presente este discurso, podemos tematizar algumas questões que lhe são subjacentes: primeira, a questão do referencial, já que, de um modo geral, há, por traz desse discurso, um certo cotejo (com a obra de Weber); segunda, a análise da constituição ou da manutenção de aspectos de nossa realidade social em razão da maneira como essa realidade (histórica) é contada e descrita; por fim, a questão da constituição de nossa identidade, ou, o que parece melhor, de nossas identidades.

2 A IMPORTÂNCIA DE MAX WEBER

Weber é um autor fundamental para se compreender o ocidente. Suas análises sobre o direito formal burguês, a formação do Estado moderno, o surgimento do capitalismo e a racionalidade instrumental, todos típicos da modernidade, são importantíssimas para quem pretende estudar e analisar o mundo ocidental. A influência de sua obra é enorme. Em artigo que procura analisar o reconhecimento e a repercussão de algumas obras para as ciências sociais brasileiras nos século XX, Schwartzman¹ menciona que *Economia e Sociedade*, de Weber, foi considerada a mais importante obra sociológica do século, de acordo com pesquisa realizada pela International Sociological Association. No Brasil, sua influência não é menor.

Max Weber é, sem sombra de dúvida, uma das referências fundamentais das ciências sociais no Brasil. Ele não é apenas um dos autores mais citados nas nossas dissertações de mestrado e teses de doutorado, como é, neste particular, e também juntamente com Marx, a principal fonte de inspiração para a própria auto-compreensão do Brasil.²

E como tem sido um constante marco teórico nas pesquisas sobre o País, tornou-se a pedra de toque para se considerar o atraso e as características sócio-políticas brasileiras. Atraso que acaba sendo refletido não apenas por especialistas como também, de um modo geral, pela população, pois, como nos ensina Viana, “o Weber da versão hoje hegemônica nas ciências sociais e na opinião pública sobre a interpretação do Brasil, tem sido aquele dos que apontam o nosso atraso como resultante de um vício de origem”.³

A partir dessas considerações, pretendemos, antes de analisar alguns autores brasileiros e a conexão de suas obras com a teoria weberiana, comentar alguns conceitos da sociologia de Weber que serão fundamentais para se compreender a análise que é feita sobre o Brasil.

3 COMENTÁRIOS SOBRE WEBER

Obviamente, analisar o pensamento de Weber é tarefa assaz complicada, dada a abrangência e profundidade de sua obra. O que faremos a seguir são pequenas considerações que serão pertinentes para o propósito de construir, parcialmente, algo como um estudo das ideias acerca do Brasil. Sendo assim, o que abordaremos do pensamento de Weber são aqueles conceitos principais que estão presentes no pensamento dos autores brasileiros que comentaremos posteriormente.

Weber preocupa-se em analisar a sociedade a partir da ação de sujeitos individuais. Ou seja, para ele, não são as interpretações coletivistas que melhor explicam o mundo social, mas sim aquelas que levam em conta a prioridade e primazia do indivíduo que liga sua ação à ação de outros: “o termo ação social será reservado à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela”.⁴ Definição que

ensejou críticas de alguns autores³¹. Crítica que é refutada por Argüello⁵ que nega a tese da “racionalidade instrumental”, e pelo próprio Weber:

De qualquer modo, é um tremendo mal-entendido supor que uma metodologia individualista pressupõe também um sistema individualístico de valores. Uma opinião tão errada quanto confundir a tendência relativamente inevitável dos conceitos sociais adquirir um caráter racional, baseando-se na crença de que motivos racionais ou que o racionalismo pode ser positivamente avaliado.⁶

Em outras palavras, precisamos entender que a análise de Weber não é uma defesa nem, sequer, um reducionismo individualista da ação, mas, principalmente, uma metodologia.

Outro aspecto metodológico valiosíssimo em Weber e que será muito utilizado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* é o conceito de tipo ideal. Para Weber, podemos atribuir sentido a uma ação história, situada no tempo e no espaço, assim como podemos trabalhar metodologicamente com o tipo ideal, “conceitual, de sentido subjetivo, atribuído a um ator hipotético num dado tipo de conduta.”⁷ O conceito do tipo ideal permitirá que essa metodologia seja utilizada por autores em quaisquer sociedades, pois, ela não leva em conta as características locais, como uma espécie de padrão normativo fixo que pode ser exportado irrestritamente. Quando estabelecemos uma conexão entre os dois conceitos citados, temos que “a construção de uma ação rigorosamente racional, de acordo a fins, por causa da sua clara inteligibilidade e falta de ambiguidade racional, serve à sociologia como um tipo ideal”.⁸

Na introdução de seu famoso livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber nos mostra que “somente na civilização ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento universal em seu valor e significado.”⁹ Assim foi com o desenvolvimento da ciência, do capitalismo, do Estado moderno, do direito formal burguês.

Para Weber, não há como separarmos o advento dos Estados modernos do surgimento do capitalismo e do direito formal. Ao discorrer sobre as origens do capitalismo, diz o autor que

[...] entre os fatores de importância incontestável, encontra-se as estruturas racionais do direito e da administração. Isto porque o moderno capitalismo racional baseia-se, não só nos meios técnicos de produção, como num determinado sistema legal e numa administração orientada por regras formais. Sem esta, seriam viáveis o capitalismo mercantil aventureiro e especulativo, e ainda toda espécie de capitalismo politicamente determinados, mas não o seria empresa racional alguma sob iniciativa particular, com capital fixo e baseada num cálculo seguro.¹⁰

1 Esta é a posição de Habermas (HABERMAS, 1997, p. 369 e ss.) Segundo ele, Weber identificou apenas um aspecto da ação social que se caracteriza, principalmente, pela ação comunicativa.

Características que, segundo o autor, são exclusivas do ocidente.

Para compreendermos a racionalização do Direito, dois aspectos devem ser considerados. Primeiro, “a racionalização foi possível somente a partir de um distanciamento do pensamento mágico e, por conseguinte, de uma racionalização ética da imagem do mundo”.¹¹ Além disso,

[...] para o direito, o aparecimento das religiões de redenção possibilitou a separação definitiva entre preceitos jurídicos e normas religiosas...outrossim, a racionalização do direito torna-se possível quando se processa um distanciamento total dos preceitos religiosos ou éticos. Moral e direito assinalam complexos de racionalidade distintos.¹²

Em segundo lugar, também segundo Argüello, todo o processo de racionalização da economia e do Direito levam a sociedade para uma grande valorização da eficiência e uma possível desumanização da sociedade.¹³ Por fim,

[...] o elo condutor de sua sociologia jurídica, exposto em Economia e Sociedade, é exatamente a relação entre capitalismo moderno e direito racional. O desenvolvimento do mercado exige, ao lado da liberdade contratual, a garantia jurídica oferecida pelo Estado.¹⁴

Uma das interpretações do possível atraso brasileiro é a de que o País se caracteriza por um forte patrimonialismo² que seria um dos entraves ao desenvolvimento do capitalismo e do Estado brasileiro. Análise que é feita a partir de uma apropriação e interpretação da sociologia weberiana:

[...] o Weber da versão hoje hegemônica nas ciências sociais e na opinião pública sobre a interpretação do Brasil, tem sido aquele dos que apontam o nosso atraso como resultante de um vício de origem, em razão do tipo de colonização a que fomos submetidos - a herança do patrimonialismo ibérico... Desse legado, continuamente reiterado ao longo do tempo, adviria a marca de uma certa forma de Estado duramente autônomo em relação à sociedade civil, que ao abafar o mundo dos interesses privados e inibir a livre iniciativa, teria comprometido a história das instituições com concepções organicistas da vida social, e levado à afirmação da racionalidade burocrática em detrimento da racionalidade legal... Ainda segundo essa versão, a ausência do feudalismo na experiência ibérica, inclusive no Brasil, aproximaria a forma patrimonial do nosso Estado à tradição política do oriente, onde não se observariam fronteiras nítidas a demarcar as atividades das esferas pública e privada.¹⁵

Esse aspecto, o entrelaçamento entre o público e o privado, constituir-se-á em um dos pontos mais analisados por vários autores brasileiros das mais diferentes áreas, sendo, segundo eles, o ponto nevrálgico dos

2 Tema que será desenvolvido adiante.

dilemas nacionais.

4 A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

A última consideração que pretendemos fazer antes de analisar algumas obras que procuraram interpretar o Brasil a partir de uma matriz weberiana é acerca do surgimento do capitalismo.

Antes de explicar com profundidade os motivos que levaram o capitalismo a se desenvolver entre os protestantes, Weber menciona dados que são estatísticos e intuitivos ao mesmo tempo: grande parte da fortuna do mundo está nas mãos de protestantes assim como a maioria dos países mais avançados economicamente serem também de maioria religiosa protestante¹⁶. Para entender o motivo de isso ser assim, devemos entender que o racionalismo econômico é uma característica intrínseca aos protestantes, sendo, desnecessário e equivocado buscar na história ou em outros fatores explicações de tal racionalidade¹⁷. Para Weber, foi o calvinismo, dentre as religiões reformadas, a que mais promoveu o desenvolvimento do espírito do capitalismo.¹⁸

Uma importante mudança operada pela Reforma foi a valorização do trabalho secular a partir do sentido atribuído à palavra vocação, dado por Lutero. Diferentemente do que era para os católicos,

[...] nesse conceito de vocação que se manifestou o dogma central de todos os ramos do Protestantismo, descartado pela divisão católica dos preceitos éticos em praecepta e consilia, e segundo a qual a única maneira de viver aceitável para Deus na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas sim no cumprimento das tarefas do século, imposta ao indivíduo por sua posição no mundo. Nisso é que está sua vocação.¹⁹

Essa valorização religiosa do trabalho propiciou, obviamente, não só um alívio para a culpa de se envolver com tarefas mundanas, como foi, também, um incentivo moral para ela.

Todavia, não foi Lutero quem elevou ao máximo a influência religiosa no desenvolvimento do “espírito do capitalismo” e sim Calvino e sua doutrina, para a qual, a predestinação era um elemento essencial. Ser escolhido por Deus era algo que só dependia Dele, não tendo o homem como intervir nesse processo. Outrossim, saber quem seria um escolhido era impossível. Entretanto, diante do mistério e do medo que aflige a maioria dos homens, persistia a vontade de se obter tal resposta. E a recomendação para os crentes era manter-se autoconfiante por meio de uma intensa atividade profissional.²⁰ Esse tipo de conduta que servia, de acordo com Calvino, para aumentar a glória de Deus, propiciava a certeza da graça. “Na prática, isto significa que Deus ajuda quem se ajuda”²¹. Percebe-se então, quão ligadas ficaram as atividades seculares com a questão religiosa, já que à certeza da segunda dependia a realização da primeira.

Mas o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais

nada, a própria finalidade da vida. A expressão paulina “Quem não trabalha não deve comer” é incondicionalmente válida para todos. A falta de vontade de trabalhar é um sintoma da ausência do estado de graça.²²

O trabalho e uma recusa em desfrutar a vida passam a ser características de um ascetismo que foi decisivo no surgimento do capitalismo. Havia um incentivo ao trabalho e a se buscar o lucro, mas uma condenação ao usufruir das riquezas. Uma combinação de fatores que foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

A avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como “espírito” do capitalismo.²³

5 O PENSAMENTO DE RAYMUNDO FAORO

Como visto anteriormente, o Brasil padeceria de um vício de origem. Nossos problemas seriam o resultado da nossa herança ibérica. Um dos principais representantes dessa interpretação é Raymundo Faoro com sua monumental obra OS DONOS DO PODER. Passamos, a seguir, a reconstruir alguns aspectos dessa obra, cuja influência Weberiana é facilmente perceptível.

No Brasil, a colonização foi obra do Estado, com as capitânicas representando uma delegação pública de poderes por meio das capitânicas hereditárias, o que já significava uma transferência de bens públicos para as mãos de particulares. Predominava um entendimento de que a América deveria ser moldada e não um mundo a ser criado, levando em consideração as características locais. Sendo assim, desde as capitânicas, havia um dualismo de força entre o Estado e a sociedade civil. Como exemplo, a criação dos municípios antecedeu o povoamento, o que era, obviamente, uma forma de dominação. A política sempre foi organizada antes da organização social.

No Brasil, desde que começou o processo de exploração e colonização, houve um abismo entre o fático e o normativo. O Estado, sempre sobreposto à sociedade, não encontrava nela, nenhuma resistência. Nesta sociedade que só via o Estado como um monstro que arrecada impostos e impõe a violência, o cargo público era acentuadamente desejado, o que acabava gerando um quadro de funcionalismo: todos querendo entrar para o Estado, mesmo sem haver função a ser exercida. Juntamente com a vontade de se afdalgar, a burguesia, sequiosa por participar dos negócios públicos, literalmente comprava cargos públicos. “A primeira consequência, a mais visível, da ordem burocrática, aristocratizada no ápice, será a inquieta, ardente, apaixonada caça ao emprego público”.²⁴ Com esse voraz interesse pelo poder público, surge uma característica importantíssima que é o patronato.

O patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta. Uma circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo, ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. O que está fora do estamento será a cera mole para o domínio, enquanto esta, calada e medrosa, vê no Estado uma potência inabordável, longínqua e rígida.²⁵

Assim, com essa espúria apropriação privada dos cargos públicos, a separação público/privado nunca ocorreu de forma cabal em nosso país. Em outras palavras, “por toda parte, em todas as atividades, as ordenanças administrativas, dissimuladas em leis, decretos, avisos, ordenam a vida do país e das províncias, confundindo o setor privado ao público”.²⁶

Um outro problema brasileiro diz respeito à nossa recepção ao Liberalismo. Importado sem exame e sem problematização, essa ideologia deparou-se com peculiaridades de nossa política e de nossa sociedade levando seus representantes a uma duplicidade, já que, ao chegarem ao poder, tornavam-se conservadores.

Acerca do capitalismo, Faoro nos diz que um capitalismo politicamente orientado, aventureiro sobreviveu e influenciou o capitalismo moderno, de índole industrial. Como consequência, a comunidade política conduzia os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois. “Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi”.²⁷

A percepção de Faoro é que o capitalismo não foi capaz de promover, para além das técnicas industriais uma transformação de mentalidades, já que devido à “persistência secular da estrutura patrimonial”²⁸, certas características na economia e do Estado moderno não nos alcançaram. Assim se como vimos acima, para Weber, capitalismo, Estado moderno e direito formal burguês são fenômenos cooriginários e interdependentes, na formação do Brasil, tais fenômenos ficariam comprometidos desde o início, em virtude do privatismo, da apropriação privada do espaço público.

Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as formas econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como técnica de operação da economia. Daí se arma o capitalismo político, ou o capitalismo orientado.²⁹

Para Faoro, aquilo que foi anteriormente analisado, não constituem

momentos isolados de nossa história, pois se repetem e se perpetuam. “A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebeia do elitismo moderno”³⁰

Por fim, o “poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, e não um mandatário.”³¹

6 O HOMEM CORDIAL DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Vimos com Faoro como se deu a constituição da política, com relação à sociedade e ao capitalismo. Agora, passaremos a analisar a formação intrínseca da “gente” brasileira, segundo a obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Nesta obra, Holanda desenvolve o conceito de homem cordial que terá, no Brasil, grandes repercussões na teorização e na constituição da identidade nacional. Trataremos apenas desse aspecto da obra, para compará-lo, posteriormente, com o protestante ascético que ensinou o surgimento do capitalismo.

No Brasil, país em que o Estado e a família são pontos contrapostos e que a estrutura patriarcal desta é decisiva e prejudicial para o desenvolvimento da cidadania e da urbanização, torna-se difícil para os detentores das posições públicas

[...] compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular. (HOLANDA, 2005, p. 145-146)

Assim, o critério de avaliação para se escolherem os homens que irão exercer função pública, baseia-se em uma “confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos em suas capacidades próprias. Falta tudo desde a ordenação ímpessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.”³²

A principal razão de isso ser assim é que a família, núcleo social em que predominam as relações afetivas e os laços de sangue, sempre foi o modelo para todas as nossas composições sociais, inclusive para aquelas em que deveria prevalecer a impessoalidade e a abstração, como é o Estado.

O “tipo ideal” característico dessa sociedade é o homem cordial, cujos atributos, “a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade...são virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam”.³³

Entretanto, há, aqui, um complicador: essas virtudes não representam boas maneiras e civilidade. “São, antes de tudo, expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”.³⁴ Ou seja, nossa cordialidade

não é uma expressão madura de respeito e reconhecimento do outro. Antes, uma imaturidade, uma dificuldade de sermos racionais no convívio social. Uma de suas características é o pavor ao formalismo e um apego total à intimidade. “o horror às distâncias que parece constituir, ao menos até agora, o traço mais específico do espírito brasileiro.”³⁵

7 WEBER E O BRASIL

O trabalho feito até agora teve o intuito de desvelar, nas obras de importantes autores nacionais, quais são os pontos de convergência de suas teorias com o pensamento de Weber. E isso se faz importante porque nos permite considerar até que ponto, ao se contar nossa história com base em teorias estrangeiras, não corremos o risco de construir uma história, já desde o início, pessimista e perdedora.

Faremos, agora, algumas correlações entre Faoro e Weber e Holanda e Weber.

Nas análises de Faoro, as categorias weberianas revelam-se presentes e fundamentais. Conceitos e ideias estudados por Weber, como capitalismo racional, tipo de dominação patrimonial, Estado de direito burguês, relação entre capitalismo e formação do Estado são suportes teóricos em “Os Donos Do Poder.”³ Como foi visto, segundo o autor brasileiro, entre nós, “não há sociedade civil independente, pensamento liberal ou capitalismo racional – signos pressupostos de modernidade – mas dominação patrimonial, estamental e burocrática”.³⁶ Um tipo de análise que revela a influência de Max Weber. Por conseguinte, por tomar um modelo que nos é estranho, esse tipo de análise acaba nos revelando como atrasados, como impossíveis:

[...] assim transposta para a história brasileira, a teoria dos tipos weberianos de dominação produz o retrato de uma “ausência”, de uma impossibilidade, retrato que diz de um outro, desejado talvez, mas que não houve e que não há. Não é à toa, a tese melhor se formula pela negação: o patrimonialismo estamental e burocrático inviabilizou, no Brasil, a modernidade da economia racional e da legalidade do Estado de direito.³⁷

Com esse tipo de interpretação, expõe-se um Brasil do atraso e das dificuldades de se modernizar, tudo visto do ponto de vista de um Estado que, contraposto à sociedade, não é capaz de ser imparcial e agir na estrita legalidade, além de evidenciar os empecilhos ao desenvolvimento do moderno capitalismo brasileiro, pois o próprio Liberalismo nunca vingou entre nós⁴.

3 “Temos uma tradição que, sem descuidar dos estímulos socioculturais ao comportamento prático, enfatiza o aspecto mais propriamente institucional da análise. Raimundo Faoro e Simon Schwartzman são bons exemplos dessa tradição “institucionalista”(SOUZA, 1999, p. 38).

4 Para Schwarz, o Liberalismo no Brasil, tendo em vista as contradições entre teoria e prática, além de ter se submetido às características locais, sempre foi uma “idéia fora do lugar”(SCHWARZ, 2003)

No livro de Holanda, uma interessantíssima contraposição é feita. Dois tipos ideais nos são revelados: se por um lado, no desenvolvimento do capitalismo, a figura do protestante ascético foi fundamental, por outro, o nosso, temos o homem cordial, quase uma antítese daquele. Enquanto entre os protestantes nórdicos predomina uma racionalidade⁵ adequada ao universalismo e à abstração,

[...] nossa tradição cultural seria “individualista-amoral”, incapaz de superar o imediatismo emocional que caracteriza as relações sociais dos grupos primários como a família. Uma vez que as instituições modernas mais importantes como o Estado e o mercado, teriam como pressuposto a superação do horizonte da solidariedade familiar, aí estaria a causa do nosso descompasso político e econômico.³⁸

Enquanto o protestante ascético encarna a personalidade típica da modernidade, racional e igualitário, confiante nas relações formais asseguradas pelo Direito, o homem cordial, por sua vez, é, avesso às relações formais, age movido por emoções e não é afeito à civilidade, que tem como pressuposto a igualdade, o que nos mostra quão distante um tipo (ideal) é do outro:

[...] uma leitura atenta da caracteriologia do homem cordial permite deduzir que, ele sim, é, na verdade, o inverso perfeito do protestante ascético como definido por Max Weber. O homem cordial é a ausência de personalidade por excelência, no sentido de que o contraponto implícito na cabeça de Sérgio Buarque, leitor da obra weberiana primeira hora, é a personalidade por excelência para Weber: o protestante ascético³⁹

Embora o próprio Buarque de Holanda tenha feito reconsiderações sobre o que é o brasileiro⁶, a partir das mudanças que ele via sendo operadas no país que, finalmente, começava a se modernizar, foi, no entanto sua visão essencialista do brasileiro, por meio do homem cordial a que se perpetuou na vida acadêmica e, de um modo geral, em nosso inconsciente coletivo.

8 A QUESTÃO HISTÓRICA

Não há dúvida de que é preciso valorizar nossa história. Não começamos nossa história, nem pessoal nem social, a partir do nada. Entretanto, o que se nos coloca é o seguinte: Mas que história? Contada por quem? Imutável? E será inocente qualquer forma de contar a história? Há, aí, também, questões que merecem reflexão? Entendo que existimos no tempo: “os homens e as sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. A reescrita da história torna-se, então,

5 Aqui é importante lembrar que, “racionalismo para Weber é um conceito supranacional. Trata-se de um conceito abrangente que engloba peculiaridades das formações nacionais em favor da explicitação de traços mais básicos e heurísticamente mais significativos do que fronteiras nacionais. Racionalismo é, portanto, um tipo ideal. (SOUZA, 1999, p. 32)

6 Em sua carta a Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque de Holanda diz que o homem cordial está fadado a desaparecer, em face das transformações que ocorreram no Brasil. (HOLANDA, 1963)

uma necessidade”.⁴⁰ A vivência no presente, com suas mudanças, aprendizado e ressignificações de fatos ocorridos, modifica a percepção que se tem do passado, que é constantemente reelaborada pelo presente:

O presente muda e, nesta sua mudança, o passado e o futuro são constantemente rearticulado, obrigando à reescrita da história... As mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um “mirante temporal”, um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos.⁴¹

Sendo assim, ao querer estabelecer, a partir do passado, bases de uma concepção política partilhada por todos, na verdade o que se estará fazendo é escolher, a partir do presente, fatos que podem ser significados e direcionados para fundamentar tal concepção. “Cada presente seleciona o passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza”.⁴² E há uma outra consideração importantíssima. Buscar descobrir uma única versão da história, algo como o apanágio ontológico de uma nação é fechar os olhos e não querer ver que isso é, além de epistemologicamente impossível, uma atitude altamente excludente:

Ora, como observou Homi Bhabha, uma nação é antes de mais nada um problema de narração...Narrar a nação sempre produz discursos que, apesar de prometerem uma inclusão total, são determinados sobretudo por exclusões....Ademais, como toda narrativa necessita apoiar-se numa seleção inicial de elementos, não pode pretender ser uma representação totalizante. Em consequência, revela-se tanto sua arbitrariedade quanto os interesses a ela subjacentes.⁴³

Além disso, como foi falado acima acerca do “narrar nações” e da “escolha que se faz do passado”, pode-se perceber uma perspectiva que expõe, a todo instante, o discurso histórico à crítica. Não se trata, portanto, de uma determinada visão da história, mas, antes de tudo, de uma visão das visões que se fazem da história. Em outras palavras, uma questão de historiografia:

A historiografia quer oferecer-se para dirigir os olhares ao já visto, encarecendo-lhes: “olhem novamente”...Talvez, por tudo isso, a historiografia esteja fadada a ser sempre uma parte da história das idéias (e vice-versa) uma vez que sua ocupação com o registro está impregnada das impressões (fantasmagóricas ou não) do “não registrado”⁴⁴

9 A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Aqui, os problemas não são menores. Além de se poderem acumular as dificuldades já mencionadas, falar em identidade nacional, no singular, após os

problemas já enfrentados, é praticamente impossível. Querer delinear uma única identidade nacional é aceitar uma imobilidade social, uma história fixa, uma narrativa totalizante. O certo é que não se pode falar em caráter nacional, em características únicas de uma nação. Toda intenção unificadora, nesse campo, engessa, reduz e aprisiona. O mais adequado é renunciar à pretensão de se encontrar uma identidade comum a todos as pessoas de uma determinada sociedade. É preferível pensar em pluralidade de identidades. Toda sociedade é composta por pessoas diferentes, por contradições, por conflitos e divergências. O importante é

[...] provar que deve haver, em todo processo identitário, seja ele de natureza étnica, nacional, cultural ou religiosa, uma salutar dose de ambigüidade, de ambivalência, de aceitação da diversidade constitutiva de qualquer estado de sociedade. Assim, a(s) identidade(s) – é sempre melhor usar a palavra no plural!⁴⁵

Ademais, ainda com relação à identidade, há um importante debate teórico, muito relevante para a presente discussão: o debate entre essencialistas e não essencialistas.

[...] a formulação essencialista do problema é do ponto de vista da continuidade: de onde viemos? Quem somos? E seremos? E fomos? Quem é o nosso outro absoluto? Qual é o núcleo autêntico e estável do nosso eu e grupo? O que constitui a nossa unidade acima de toda mudança e vicissitude? E constroem uma ontologia, uma metafísica do ser como ser...A formulação não – essencialista é do ponto de vista da descontinuidade: como temos nos representado? Como essas representações nos afetam? Quem podemos nos tornar? O que desejamos ser? Os não essencialistas vem a identidade construída historicamente pelo discurso e em relações práticas e múltiplas, a vêem como um processo nunca completado e sempre transformado, como um avanço em direção a um processo nunca completado e sempre transformado, como um avanço em direção ao um eu desconhecido.⁴⁶

Os essencialistas podem até conseguir algum discurso contundente. Mas pode ser que a vida seja muito complexa e dinâmica para se fazer coro a esse entendimento. Pode ser que o movimento que as minorias (de direito) têm feito na luta por reconhecimento de seus direitos⁴⁷ nos leve a desacreditar em conceitos fixos de identidade, sendo, inclusive, preferível a expressão “processo de identificação”⁴⁸

Na visão não-essencialista, temos “identidades”, que lutam por reconhecimentos locais, pontuais. Não há “falhas”, “traições”, mas outras “posições”. Ninguém deve ser fiel a uma identidade que signifique exclusão, abandono, pobreza e sofrimento. Deve-se buscar com flexibilidade uma posição favorável à vida.⁴⁹

Falar em essências identitárias é menosprezar todo o movimento histórico em que as identidades são construídas e, o que talvez seja pior, é levar os atores sociais a uma imobilidade, a uma inação e a não assumir uma responsabilidade

que lhe é intransferível e inevitável, já que a tarefa de construir sua própria história e a de lutar por ela seria quase que desnecessária, cabendo-lhes, tão somente, descobrir quais são as identidades que lhes teriam sido reservadas e transmitidas. Por outro lado, se pensarmos a existência humana no gerúndio, como um fluxo contínuo, o sujeito passa da inação à ação, já que

[...] as identidades são construídas em práticas discursivas, que levam um indivíduo ou grupo a assumir uma “posição de sujeito”. O sujeito é chamado a ocupar o seu lugar e a agir. O sujeito nunca já está constituído. Ele se constitui e se reconstrói e uma prática discursiva.⁵⁰

Deste modo, entendo não ser possível endossar o pensamento dos essencialistas, segundo o qual, o conceito de identidade (no singular) poderia, inclusive, ser o suporte de um patriotismo.

CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu fazer uma conexão entre alguns conceitos do pensamento de Weber e a análise que é feita sobre o Brasil. Ainda que se possa discordar dos rumos que tais análises tiveram, é inegável, entretanto, sua importância para nos ajudar a nos compreendermos. E o instrumental teórico weberiano foi fundamental nessa empreitada. Mas ele precisa ser relativizado. Procuramos, também, demonstrar que devemos ficar atentos ao modo que contamos nossa história e pensamos nossa identidade.

Obviamente, no Brasil, há muitos problemas que são percebidos ao longo de sua história. O entrelaçamento entre o público e o privado, o autoritarismo, a corrupção, a acentuada desigualdade social, a criminalidade, a impunidade, uma cidadania deficitária. Enfim, mazelas que qualquer olhar, erudito ou não, lançado sobre o país, capta uma realidade complexa e complicada. Dificilmente discordaríamos das análises que são feitas pelos teóricos já citados ao estudarem nossa brasilidade. De um modo geral, até mesmo de forma intuitiva, encontramos respaldo fático para as análises que desvelam nossas dificuldades. O dia a dia de qualquer brasileiro é rico em exemplos de como nossas instituições precisam melhorar. O Direito e a política estão plenos dessas situações. Entretanto, parece ser relevante o modo como contamos esta história. Corremos sempre o risco de o tiro sair pela culatra. Da denúncia e da indignação podemos cair no desânimo e no conformismo, já que “é assim que sempre funciona, não tem jeito mesmo”. Temos que ficar atentos com relação ao discurso que adotarmos quanto a nós mesmos. Não problematizar este assunto pode acabar sendo uma forma corrosiva por dentro, pois o modo como falamos é também constitutivo do modo que nos tornamos. “Para mim, como para Hall, falar de si mesmo, construir discursos sobre a própria identidade, é freudianamente fundamental para a construção de sentidos que nos ofereçam uma posição de sujeito”⁵¹

Se é especialmente importante falar de nós mesmos, necessário se faz

assumirmos a responsabilidade de tal prática. Não é possível viver sem riscos. Não adianta buscarmos certezas onde o que se vê são possibilidades de construção de caminhos. Além disso,

não podemos mais ser ingênuos em relação à nossa história. Temos que assumir essa história, que é nossa, e que não pode ser privatizada por ninguém que pretenda adotar um ponto de observação privilegiado em relação à ela. Qual história nós queremos assumir? Qual é o passado que nós pretendemos escolher e resgatar, por um lado, e descartar por outro, na construção do futuro?⁵²

A partir do que foi falado, discordamos dos teóricos que tentam encontrar identidades comuns para ser o suporte, o fundamento para o patriotismo. Entretanto, não é nossa intenção, de forma nenhuma, descartar todo tipo de patriotismo, mas apenas aquele que exige uma unidade de identidade e que desconsidera o atual pluralismo societal. Sendo assim, concordamos com Habermas quando ele diz que

[...] a existência de sociedades multiculturais, tais como a Suíça e os Estados Unidos, revela que uma cultura política, construídas sobre princípios constitucionais, não depende necessariamente de uma origem étnica, lingüística e cultura comum a todos os cidadãos. Uma cultura política liberal forma apenas o denominador comum de um patriotismo constitucional capaz de agudizar, não somente o sentido para a variedade, como também a integridade das diferentes e coexistentes formas de vida de uma sociedade multicultural.⁵³

Ou seja, em razão de nossa complexidade, precisamos levar a sério a ideia de um patriotismo constitucional⁷.

REFERÊNCIAS

ARGÜELLO, Katie. O mundo perfeito: nem possível, nem desejável. In: SOUZA, Jessé de (org). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UNB, 1999.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FREITAS, Marcos César de. **Para uma história da historiografia brasileira**. In: FREITAS, Marcos César de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**.

7 Não pretendi abordar o assunto com alguma profundidade, o que deixarei para outras ocasiões. Acerca do patriotismo constitucional e sua relação com a história, a identidade e o pluralismo, ver CATTONI DE OLIVEIRA (2005)

São Paulo: Contexto, 2005.

HABERMAS, Jürgen. In: REDONDO, Manuel (Trad.). **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1994.

_____. Cidadania e identidade nacional. In: SIEBENEICHLER, Flávio Beno (Trad.). **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 2.

_____. A luta por reconhecimento no Estado Democrático de Direito. In: SPERBE, George; SOETHE, Paulo Astor (Trad.). **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Carta a Cassiano Ricardo. In: **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: Biblioteca Básica Brasileira, 1963.

_____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JASMIN, Marcelo. A viagem redonda de Raymundo Faoro em os donos do poder. In: ROCHA, João César de Castro (Org.). **Nenhum Brasil existe: Pequena Enciclopédia**. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

_____. **As Identidades do BRASIL 2: De Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?**. Rio de Janeiro: FGV, 2006b.

ROCHA, João César de Castro. Nenhum Brasil existe: poesia como história cultural. In: ROCHA, João César de Castro (Org.). **Nenhum Brasil existe: Pequena Enciclopédia**. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. As ciências sociais brasileiras no século XX. In: ROCHA, João César de Castro (Org.). **Nenhum Brasil existe: Pequena Enciclopédia**. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

SOUZA, Jessé de. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé de (Org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UNB, 1999.

VIANNA, Luiz Weneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé de (org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UNB, 1999.

WEBER, Max. In: DELAUNAY, Gerard Georges; FRIAS, Rubens Eduardo Ferreira Frias (Trad.). **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

_____. In: Q. F. M. Irene de; Szmrescsány, Tamás J. M. K. I (Trad.). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1996.

- 1 SCHWARTZMAN, Simon. As ciências sociais brasileiras no século XX. In: ROCHA, João César de Castro (Org.). Nenhum Brasil existe: Pequena Enciclopédia. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003, p. 253.
- 2 SOUZA, Jessé de. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé de (Org.). O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UNB, 1999, p. 17.
- 3 (VIANNA, Luiz Weneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé de (org.). O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UNB, 1999, p.175.
- 4 WEBER, Max. In: DELAUNAY, Gerard Georges; FRIAS, Rubens Eduardo Ferreira Frias (Trad.). Conceitos básicos de Sociologia. São Paulo: Editora Moraes, 1989, p. 9.
- 5 ARGÜELLO, Katie. O mundo perfeito: nem possível, nem desejável. In: SOUZA, Jessé de (org.). O malandro E O PROTESTANTE: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UNB, 1999, p 338-339.
- 6 WEBER, 1989, op. cit., p.29.
- 7 Ibid., p. 9-10.
- 8 Ibid., p. 12.
- 9 WEBER, Max. In: Q. F. M. Irene de; Szmrescsány, Tamás J. M. K. I (Trad.). A ética protestante e o espírito do capitalismo. 11 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1996, p. 1.
- 10 Ibid., p. 10.
- 11 ARGÜELO, op. cit., p. 160.
- 12 Ibid., p. 160.
- 13 Ibid., p. 161
- 14 Ibid., p. 161.
- 15 VIANA, op. cit., p.175.
- 16 WEBER, 1996, op. cit., p. 19-21.
- 17 Ibid., p. 23.
- 18 Ibid., p.26.
- 19 Ibid., 1996, 53.
- 20 Ibid., p.76-77.
- 21 Ibid., p. 80.
- 22 Ibid., p. 113.
- 23 Ibid., p. 123.
- 24 FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 448.
- 25 Ibid., p.448-449.
- 26 Ibid., p. 452.
- 27 Ibid., p. 819.
- 28 Ibid., p. 822.
- 29 Ibid., p. 823.
- 30 Ibid., p. 837.
- 31 Ibid., p. 837.
- 32 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 146.
- 33 Ibid., p.146.
- 34 Ibid., p. 147.
- 35 Ibid., p. 149.
- 36 JASMIN, Marcelo. A viagem redonda de Raymundo Faoro em os donos do poder. In: ROCHA, João César de Castro (Org.). Nenhum Brasil existe: Pequena Enciclopédia. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003, p. 361.
- 37 Ibid., p. 361.

- 38 SOUZA, op. cit., p. 33.
39 Ibid., p. 34-35
40 REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006a, p. 7.
41 Ibid., p. 9.
42 Ibid., p. 9.
43 ROCHA, op. cit., p. 21.
44 FREITAS, op. cit., p. 8-9.
45 BERND, 2003, op. cit., p.27.
46 REIS, José Carlos, *As Identidades do BRASIL 2: De Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?*. Rio de Janeiro: FGV, 2006b, p. 11.
47 HABERMAS, Jürgen. *A luta por reconhecimento no Estado Democrático de Direito*. In: SPERBE, George; SOETHE, Paulo Astor (Trad.). *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.
48 BERND, 2003, op. cit., p. 21.
49 REIS, 2006b, op. cit., p. 13.
50 Ibid., p. 13.
51 Ibid., p. 22.
52 CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006, p. 87.
53 HABERMAS. *Cidadania e identidade nacional*. In: SIEBENEICHLER, Flávio Beno (Trad.). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. 2, p. 289.

THE IDEOLOGY OF DELAY ACCORDING TO THE WERBERIAN ANALYSIS IN BRAZIL AND THE (RE) CONSTRUCTION OF NATIONAL IDENTITIES

ABSTRACT

This article focuses essentially on the theme of national identity, based on historiography, which enabled us to understand how History can be told from multiple perspectives. In other words, History can be retold, since it is not fixed in time, unchangeable and finished. Even a fact from the distant past can get a new meaning, even if under certain intrinsic limits. The article emphasizes traditional political thinking, especially that expressed by the authors of the 1930s. Through those authors it was possible to identify the influence of the Werberian thought. Moreover, the criticisms of contemporary authors who have provided a review of the way Brazilians have always seen themselves are provided. Finally, this paper attempts to contribute to the Democratic issue, since the way a people regards its History, it will influence decisively in undertaking responsibility regarding their common fate.

Keywords: Identity. Patriotism. Democracy. Brazil.